

Recebido em: 23-03-2017 Aceito em: 05-05-2017



**BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA:
HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO (1854-1889)**

Helen Moro de Luca¹
Tânia Regina da Rocha Unglaub²
Fernanda de Sales³

Resumo: Esse artigo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado profissional que está sendo realizada na área de Gestão da Informação e tem por objetivo apresentar um recorte historiográfico da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC), desde sua fundação em 1854 até a Proclamação da República do Brasil, em 1889. A criação e expansão dessa instituição estão inseridas num contexto histórico cultural de instalação e ampliação das bibliotecas públicas brasileiras. Descreve a organização da composição do acervo inicial da BPSC, nos anos de atuação no referido período. Utiliza a pesquisa documental de cunho histórico, com análise de dados na perspectiva da abordagem metodológica das cinco dimensões da análise documental, proposta por André Cellard.

Palavras-chave: Biblioteca Pública de Santa Catarina – História; História das Bibliotecas; Formação e desenvolvimento de coleções; História; Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da História das Bibliotecas é um campo pouco explorado pelos bibliotecários brasileiros (AZEVEDO, 2012). Por este motivo, além do anseio em conhecer a história da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC), na visão da História do Livro e das Bibliotecas (parte da Biblioteconomia que se dedica a estudar as práticas do passado relacionadas ao livro e às bibliotecas), é que este artigo, o qual faz

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGINFO) na linha Informação, Memória e Sociedade, Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED/UDESC.

² Doutora em História pela Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGINFO - UDESC), na linha de Informação, Memória e Sociedade, Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED/UDESC. Doutora em História pela UFSC.

³ Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação no Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED/UDESC. Doutora em Educação pela UDESC.



parte de uma pesquisa de mestrado profissional ainda em andamento, na área da Gestão da Informação, tornou-se algo diferenciado do que já foi escrito, registrado e documentado, até hoje, por outros pesquisadores, a respeito do objeto de pesquisa.

A investigação proposta neste artigo, decorrerá do estudo da história e da organização da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) logo após a composição do seu primeiro acervo e seus primeiros anos de atuação. Assim, este artigo apresenta o funcionamento da instituição e de que maneira foi organizado o seu acervo inicial. Descreve também como era o acesso ao acervo e ao espaço da biblioteca no período pesquisado.

Estudiosos que investigaram a história da BPSC, foram César do Canto Machado e Alzemi Machado, sendo assim, são deles as duas fontes de pesquisa que norteiam este trabalho, e servirão de aporte para a construção da reflexão proposta por este artigo. Ressalta-se o valor inestimado da obra escrita pelo pesquisador César do Canto Machado (2007), *Biblioteca Pública de Santa Catarina: 153 anos de história*. Nesta obra, o autor compila as passagens sobre a BPSC, relata a ideia da criação e a formação da instituição, as características peculiares da biblioteca, suas transições e seus administradores, além de fazer um tributo ao primeiro administrador da biblioteca. O outro trabalho, nomeado *Biblioteca Pública de Santa Catarina: um breve relato sobre sua história*, escrito por Alzemi Machado (2014) como introdução ao *Catálogo de Jornais Catarinenses: 1831-2013*, da BPSC, revela informações num panorama geral sobre a história da BPSC, bem como apresenta toda a transição da BPSC durante seus 160 anos – à época do lançamento do catálogo – trajetória e as mazelas enfrentadas pela instituição nesta caminhada.

Além disso, outras fontes secundárias de pesquisa, surgiram como âncora à fundamentação deste artigo. Destaca-se o *Boletim Registro em Letras e Fotos*, publicado pela própria BPSC no ano de 1970, no qual pode-se observar a trajetória percorrida pela instituição até aquele ano. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*, de Fonseca (1979), faz a ambientação para o entendimento da instalação das bibliotecas provinciais no Brasil, apesar de não citar em sua pesquisa a BPSC, nem a data de sua fundação. Além destes, o artigo *200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride*, escrito por Azevedo (2012), possibilitou a compreensão da importância da pesquisa histórica na biblioteconomia para a apreensão das práticas do passado, criando um referencial teórico que possibilitou a realização e adequação deste artigo, juntamente com a retomada de pesquisas no âmbito da História do Livro e das Bibliotecas. Silveira (2010), traz algumas reflexões em seu artigo *Biblioteca, Memória e Identidade Social*, no qual diz que a função de enfrentar o tempo, a morte e o esquecimento, é dos lugares de memória, assim como ajudar com uma sociedade que necessite de padrões e práticas passadas, para a formação de sua identidade. Nora (1993), em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, versa sobre os lugares de memória, e a BPSC é um lugar de memória. Le Goff (2013), em seu livro *História e Memória*, especificamente no capítulo em que trata dos documentos como monumentos, como objetos que carregam memória. Estes documentos/monumentos formaram o *corpus* documental analisado. Também cabe citar que foram realizadas leituras complementares sobre a História do Brasil, de Santa Catarina e de Florianópolis, para que a contextualização do tema fosse fidedigna.

Sendo assim, a análise de parte dos documentos históricos sobre a BPSC, sob o contexto da Biblioteconomia e o suporte da História, justifica a elaboração deste artigo.



2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esse artigo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado profissional em andamento na área de Gestão da Informação e tem como característica a pesquisa documental de cunho histórico, com viés na História da Biblioteconomia, analisada na perspectiva da abordagem metodológica das cinco dimensões da análise documental.

No período cronológico delimitado, foram pesquisados materiais administrativos da BPSC, além de periódicos do Período Imperial: de 1854, ano de fundação da BPSC, até 1889, ano da Proclamação da República do Brasil.

O procedimento para a realização desta investigação foi a localização do material que está disponível fisicamente na BPSC, e também on-line pela Hemeroteca Digital Catarinense. Com a localização dos textos relacionados, foram avaliadas a credibilidade e a representatividade dos materiais, no que tange ao tema abordado no artigo. Foi necessário fazer um exame crítico dos documentos, de acordo com as cinco dimensões propostas por André Cellard, em *A análise documental*, de 2008. A primeira dimensão sugerida é o contexto histórico em que o documento foi produzido, como era a sociedade da época e quem era o receptor desta informação. Com este conhecimento, foi possível observar os conceitos utilizados pelos autores, sua argumentação, identificando os grupos, locais e personagens (CELLARD, 2008). Na segunda dimensão o autor aponta que o interprete do documento, ou seja de uma fonte primária, precisa conhecer quem era o autor deste, quais eram os interesses e motivações que o levaram a escrever tal documento (CELLARD, 2008). O autor também apresenta a terceira dimensão que diz respeito a autenticidade e confiabilidade do texto, como por exemplo, origem social, vertente política ou interesses particulares, além da qualidade da informação recebida, verificando a procedência do documento (CELLARD, 2008). Observa-se na quarta dimensão, que a natureza do texto também deve ser considerada na hora da análise. O autor cita que o mesmo produtor do documento pode se expressar de forma diferente em um relatório e um diário íntimo, ou seja, para qual tipo de leitor o documento foi escrito (CELLARD, 2008). E na quinta e última dimensão para a análise de documentos, o autor fala sobre conceitos-chave e a lógica interna do texto, que são a compreensão do sentido das palavras empregadas no documento, avaliando sua importância, segundo o contexto em que foi redigido (CELLARD, 2008).

Observando a importância do estudo do documento como um objeto de pesquisa, Le Goff (2013) diz que o documento é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. Para o autor, o documento é um bem durável, e sua análise deve ser feita, de maneira a transpassar sua significação aparente (LE GOFF, 2013). “O documento é monumento”, é o que conclui Le Goff (2013, p. 289). Portanto, para o Le Goff (2013, p. 289) “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.”

Sendo assim, para a realização da pesquisa documental, bem como a análise dos documentos de acordo com a metodologia proposta por André Cellard (2008) e a observação feita por Jacques Le Goff



(2013), apenas algumas fontes encontradas, durante os procedimentos de busca e identificação, foram selecionadas: quatro periódicos catarinenses, um de 1854, dois de 1855 e um de 1860; três Relatórios Provinciais de Santa Catarina de 1859, 1860 e 1864; uma Legislação Provincial de Santa Catarina de 1854; um Regulamento da BPSC de 1894; dois Catálogos de Obras, um sem data e o outro de 1896, também da BPSC. E a partir delas, foram extraídos trechos que fazem menção ao tema abordado neste trabalho.

Foram percebidas algumas dificuldades durante a realização da pesquisa como, por exemplo, lacunas existentes pela falta de relatórios provinciais e governamentais (nem todo período estudado, possuía material para ser pesquisado), bem como a problemática localização destes materiais no setor depositário da Biblioteca. Alguns deles não estão devidamente identificados, e outros também não estão classificados, de maneira a impossibilitar a recuperação. Há materiais que contemplam vários passos administrativos da época e que não possuem ano de elaboração, nem autoria.

A análise destas fontes primárias pôde promover conhecimento sobre a instituição, do ponto de vista da História da Biblioteconomia, afora os detalhes administrativos e como funcionava a biblioteca no Período Imperial. Além disso, cabe ressaltar, que em alguns momentos do texto deste artigo, foram utilizadas fontes secundárias de outros períodos históricos, assim como outras bibliografias mais recentes, a respeito da BPSC, as quais ancoraram a interpretação destes materiais.

A BPSC possui, em sua sede, um setor responsável pela guarda dos materiais relativos ao Estado de Santa Catarina. Este setor é chamado de Setor de Santa Catarina que está vinculado ao Setor de Obras Raras, e ficam ali documentos relacionados também à vida administrativa da biblioteca, igualmente fotos, relatórios, livros-ponto, livros de frequência, entre outros documentos. Estes materiais e documentos são tratados como obras especiais dentro da instituição, pela sua carga histórica e por serem registros de memória.

Para Silveira (2010), as bibliotecas públicas, têm como função social a missão de preservar, organizar a informação para disseminar a cultura e o conhecimento humano. Enquanto “lugares de memória”, as bibliotecas validam as informações e as tornam móveis, traduzíveis e permutáveis. Com o acesso ao acervo, permitem verificar as ações humanas e de seus frequentadores, naquele espaço (SILVEIRA, 2010). O ser humano e a sociedade têm necessidade em guardar recordações do passado e, na sua grande maioria, estas recordações estão documentadas em papel ou em outro suporte. À vista disso, Le Goff (2013, p. 245) afirma que,

a memória coletiva tomou, no século XIX, um volume tal que se tornou impossível pedir à memória individual que recebesse o conteúdo das bibliotecas... O século XVIII e uma parte do importante do XIX viveram ainda sob cadernos de notas e catálogos de obras; entrou-se em seguida na documentação por fichas que realmente apenas se organiza no início do século XX (LE GOFF, p. 245)

Conseqüentemente pode-se dizer que a BPSC guarda documentos importantes para a sociedade catarinense. Os registros de memória tornam-se respeitáveis fontes de pesquisa, pois neles há a preservação da memória e de fatos ocorridos em tempos passados, e para Nora (1993, p. 202),



museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 202)

Diante do exposto pelos autores pode-se, então, considerar a BPSC um lugar de memória, já que testemunhou outra era, ou seja, outra época, em que os usos e costumes eram diferentes e, estas particularidades foram preservadas nos documentos administrativos e jornais pertencentes à coleção da instituição. A BPSC foi criada a partir da necessidade de arquivar e manter guardadas as memórias do que aconteceu no passado do estado, para que não sejam esquecidas pela sociedade catarinense. E ainda, nos dias de hoje, tem o papel de salvaguardar a história do Estado de Santa Catarina dentro de seus livros, jornais, periódicos e relatórios, a fim de que, no futuro sejam instrumentos de pesquisa e celebração da memória. Para Silveira (2010), as bibliotecas são a memória do mundo, pois possibilitam a compilação e a conservação de todo conhecimento da humanidade em um único lugar (SILVEIRA, 2010).

3 A BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Remonta-se que, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, a maioria dos pertences da corte foram trazidos, de navio, juntamente com seus súditos e serviçais. Em 1808, os lotes com os primeiros livros vindos de Portugal chegaram ao Rio de Janeiro. O site oficial da Biblioteca Nacional, informa que a partir desta data, iniciou-se a formação da Real Biblioteca, hoje chamada de Biblioteca Nacional. Ela foi criada por decreto do dia 27 de julho do mesmo ano, no qual foi solicitada a acomodação dos livros em salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, no centro do Rio de Janeiro. Sua fundação, porém, deu-se somente em 29 de outubro de 1810, ainda no mesmo ambiente em que foi instalada (FUNDAÇÃO..., 2017).

Desta mesma forma, mais livros da biblioteca real foram trazidos em caixas, assim como exemplifica Norton (2011), em seu romance inspirado na vida de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, que foi o responsável pelo traslado do segundo lote de livros:

em 1811, um bibliotecário atravessa o Atlântico rumo ao Brasil acompanhado por setenta e seis caixotes cujo conteúdo era verdadeiramente precioso – em seu interior seguia a Real Biblioteca do Palácio da Ajuda, inicialmente esquecida no cais de Belém durante a apressada saída da corte portuguesa para o Brasil, em 1808 (NORTON, 2011, p. 1).

Posteriormente a estes fatos, as bibliotecas públicas foram surgindo, gradativamente, pelas províncias brasileiras a partir do ano de 1810. Estas instituições começaram a despontar devido a doações feitas por pessoas da comunidade e também por profissionais que contemplavam a leitura e tinham apreço pelos livros.

A fundação de cada uma delas deu-se durante o Período Imperial, de acordo com as datas abaixo observadas nos portais oficiais de cada instituição: Bahia (1811), Maranhão (1831), Pará (1846), Sergipe



(1848), Pernambuco (1852), **Santa Catarina (1854)**, Espírito Santo (1855), Paraná (1857), Paraíba (1857), Alagoas (1865), Ceará (1867), Amazonas e Rio Grande do Sul (1871), Rio de Janeiro (1873).

A primeira biblioteca pública provincial constituída, foi a biblioteca da Bahia no ano de 1811. Ela também foi a primeira a ser organizada utilizando um manual, cuja descrição revelava preocupação com a coleção de periódicos, a seleção dos materiais, a localização do prédio e as qualificações do bibliotecário. Este manual foi elaborado por Pedro Gomes Ferrão Castello Branco, possuidor de noções claras de quais eram os objetivos das bibliotecas na sociedade (FONSECA, 1979).

Nessa breve contextualização histórica sobre o surgimento das bibliotecas no Brasil, percebe-se que a BPSC foi a sexta a ser instalada no território nacional e que até 1873, muitas bibliotecas públicas foram criadas a fim de atender a necessidade de letramento dos cidadãos brasileiros.

3.1 A FUNDAÇÃO DA BPSC

A respeito da criação da BPSC, no ano de 1854, o presidente da *Província de Santa Catharina*⁴, Sr. João José Coutinho, promulga a Lei que funda a *Bibliotheca Pública da Província*. Contudo, a inauguração da instituição ocorreu somente em 09 de janeiro de 1855 (MACHADO, 2007).

Naquela época, segundo relatado no Boletim Registro em Letras e Fotos (1970), a cidade de *Desterro*, era a capital da Província, e possuía uma população estimada em 15 mil habitantes, a iluminação das ruas era feita por lampiões com óleo de baleia. Nessa cidade circulavam os jornais Novo Iris, Correio Catarinense, O Conservador, entre outros. Havia um porto movimentado, e também uma Escola de Aprendizes Marinheiros. Existiam dois partidos políticos: o Conservador e o Liberal. Encontrava-se em construção do Teatro Álvaro de Carvalho, primeiramente chamado Teatro Santa Isabel. Apareceram as primeiras sociedades carnavalescas e Vitor Meirelles pintou o famoso quadro *A primeira missa no Brasil*. Em Desterro existiam também, várias devoções e irmandades católicas que exerciam grande influência na cultura e sociedade (BOLETIM REGISTRO EM LETRAS E FOTOS, 1970).

Durante a efervescência de acontecimentos na Capital da Província, a lei nº 373, de 31 de maio de 1854, instituiu a criação da Biblioteca Pública. Em seu artigo 1º cita que “[...] o Presidente da Província é autorizado a fazer a despesa necessária com o preparo de uma sala no edifício ocupado pela Assembleia Legislativa Provincial, para nela estabelecer uma Biblioteca Pública Provincial” (PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA, 1854). Esta lei possui oito artigos, num deles é declarado que o acervo será formado pelos volumes doados pelo cidadão Joaquim Antonio de Azevedo, da corte do Rio de Janeiro, ou por outros cidadãos que ofertarem, além da compra de obras por parte do governo (PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA, 1854).

A notícia da criação da biblioteca é contemplada na publicação do jornal Argos⁵, de 14 de janeiro de 1860, em que a biblioteca pública, então chamada de *Bibliotheca da Província*, teve sua fundação pela

⁴ Termos serão mantidos de acordo com a grafia da Língua Portuguesa utilizada na época, como consta nos documentos analisados; quando no corpo do texto, serão grafados em itálico. Nas citações diretas também será mantida a grafia da época, excluindo-se o uso do itálico.

⁵ Jornal de tendência conservadora, de propriedade de José Joaquim Lopes. Fundado como semanário em 1856 e em 1861 tornou-se o primeiro diário catarinense. Consultado em HOLLER, Marcos; Pires, Débora C. **Os jornais como fonte para a história da música em Desterro no século XIX**, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/bcZan0>.



influência de Joaquim Antônio de Azevedo. Um pedido realizado por ele, para que a solicitação da criação de uma biblioteca fosse levada à Assembleia Provincial. O redator e proprietário do jornal, José Joaquim Lopes, relata que houve uma associação entre “*amigos e deputados provinciales*” que obtiveram êxito durante a apresentação da ideia de abertura de uma biblioteca na província, sendo, portanto, sancionada por meio de uma lei (LOPES, 1860). Houve apoio do governo provincial na abertura da biblioteca, encaminhando em relatório governamental, a sugestão de inclusão de verbas para aquisição de obras consideradas “*de maior importancia, indispensáveis, que não havia*” (LOPES, 1860). A proposta foi aceita em assembleia e a biblioteca passou então, a ter direito ao referido orçamento.

No período de sua instalação, a principal função atribuída à biblioteca era a de leitura em geral e pesquisas bibliográficas, contemplando também a demanda por instrução dos cidadãos catarinenses, especificamente os cidadãos desterrenses, já que a BPSC foi instalada na cidade de *Desterro*, capital da *Província de Santa Catharina* (MACHADO, 2007). O bibliotecário nomeado para dirigir a BPSC, foi Francisco da Paulicéa Marques de Carvalho (1826-1891), ou Franc da Paulicéa (como assinava). Ele também exercia o cargo de secretário da Administração da Fazenda, era poeta, jornalista, major da Guarda Nacional, membro do Conselho de Instrução Pública, professor de matemática, versado em línguas, filósofo e interessante figura da época. (BOLETIM REGISTRO EM LETRAS E FOTOS, 1970). Além dele, havia o porteiro à disposição do quadro de funcionários da biblioteca (PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA, 1854).

3.2 A ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA BPSC

Convém mencionar a estrutura de funcionamento da BPSC, bem como era composto seu acervo e as primeiras instalações. Na época da fundação da BPSC, era por hábito e de bom tom aos letrados doarem livros de suas bibliotecas particulares, a fim de partilhar com os demais habitantes. O letramento naquela época era algo muito raro, porém existiam grupos de pessoas que buscavam a cultura para a evolução intelectual (MACHADO, 2007). Após o acontecimento da inauguração da biblioteca ter chegado ao conhecimento de Joaquim Antonio de Azevedo, em terras fluminenses, este enviou uma quantidade de obras para composição do primeiro acervo da *Bibliotheca da Província*. Este fato pode ser observado no jornal da época:

O illustre fluminense sabendo da promulgação desse acto da nossa patriotica assembléa, enviou boa porção de volumes como para princípio do estabelecimento litterario, e a seu exemplo outras muitas pessoas, não menos patriotas, forão dotando o nascente estabelecimento com algumas obras de merecimento (LOPES, 1860, p. 1).

Na remessa enviada por Azevedo, foram despachadas 200 obras. Entre elas estavam materiais encadernados, mapas, gráficos e outras informações avulsas, consideradas de grande importância no lazer, como romances e na instrução, como livros didáticos (MACHADO, 2007). A notícia da chegada das caixas no porto de Desterro, correu a cidade por meio de uma publicação no jornal *Correio Catarinense*, de 20 de setembro de 1854, na qual foi feito um agradecimento ao ilustre doador, juntamente



com solicitações à Assembleia Provincial para que fossem adquiridos livros para a recente instituição, cumprindo-se a lei recém promulgada. Além disso, são impelidos aos abastados da cidade que, a exemplo de Azevedo, fizessem doações e ofertas à biblioteca (CORREIO CATARINENSE, 1854).

Em 1855 o acervo da biblioteca era composto por 474 volumes, 22 deles oferecidos pelo próprio Franc. Além de 207 oferecidos por Joaquim Antonio de Azevedo, 38 pelo vigário Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, 05 doados por Antonio Justiniano Esteves e 02 oferecidos por Manoel José de Oliveira (LOPES, 1960). Estes livros foram precariamente acomodados numa saleta de apenas 50m², no prédio da Assembleia Provincial (MACHADO, 2007). No periódico O Mensageiro de 17 de novembro de 1855, consta que no dia 09, do mesmo mês e ano, “*ao bibliothecario publico*⁶, remete para serem guardados na biblioteca, as colleções de leis provinciaes, relatorios das presidências, e vários folhetos constantes das duas inclusas relações” (O MENSAGEIRO, 1855). Ainda na época da inauguração, a biblioteca passa a fazer parte das colunas e artigos dos jornais que circulavam na capital. No jornal O Conservador de 20 de fevereiro de 1855, p. 04, o horário de funcionamento da biblioteca é criticado, como consta a seguir:

Parecia-nos mui resoavel, e até proveitoso que a Bibliotheca desta capital, visto não ter por óra, empregados seus, que se abrissem determinados dias da semana, v. g., as terças e sextas feiras, e aos domingos das 10 horas da manhã as 2 da tarde. [...]. Por conseguinte grande serviço prestaria a bibliotheca ao publico si se conservasse aberta aos domingos, por que he verdadeiramente a occasiao em que os empregados publicos das diversas repartições, e muitos jovens que se occupão no commercio e de outros afazeres se podem entreter com a leitura de livros que não possuem, mas que ali existem (O CONSERVADOR, 1855, p. 4).

De acordo com relatório provincial, de data provável 1859, as obras que faziam parte do acervo eram de “*merito scientifico, historico e litterario, taes como em medicina, direito administrativo, historia, filosofia e litteratura. O seu valor póde ser calculado de 400 a 500\$000* (quatrocentos a quinhentos mil réis)” (RELATÓRIO PROVINCIAL, [1859]). Como forma de complementar isto, no artigo do jornal Argos, é mencionado o nome de João Cezario da Silva, reconhecido como um “*patriota illustrado*”, e funcionário voluntário da Biblioteca Pública da Corte e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, que resolve “*num acto de patriotismo, gerenciar alguns livros de sabida importancia para offerece-los a biblioteca da província, que bem necessita de ser enriquecida de taes livros*” (LOPES, 1860). A transação entre a província e a corte, foi intermediada por A. J. de Mello Moraes. O então presidente da província no ano de 1860, Sr. Brusque, incumbiu uma pessoa de confiança para o recebimento dos lotes de livros. Ao final do texto, o redator José Joaquim Lopes, faz um agradecimento aos benfeitores da biblioteca em nome dos habitantes da província (LOPES, 1860).

Em relatórios provinciais são encontradas as prestações de conta da biblioteca, o registro de obras doadas por pessoas ilustres da sociedade desterreense, além do número de frequentadores e a contínua solicitação de verbas para aquisição de mais livros para seu acervo. Num destes relatórios, o bibliotecário responsável pela BPSC, desabafa em relação à situação da biblioteca no ano de 1864:

⁶ Termo encontrado nos documentos administrativos da BPSC.



O estabelecimento está longe, por em quanto, de preencher os fins de sua criação. E nem fôra razoavel esperar o contrario, não avultando, como ainda não avulta nesta capital, o número dos que professam as sciencias, ou se dedicam à pratica das letras, ou se aprazem em cultivar a intelligência. Lê-se pouco entre nós, e em geral só o fazem aquelles que vivem dos trabalhos do espírito. Ainda não estão assaz diffundidos o amor da leitura e o gosto de saber. Não possuímos ainda aquella certa actividade intelectual, resultado de uma constante troca de idéas, que é apanágio dos povos mais adiantados. O derramamento da instrucção e das luzes há de ir produzindo lentamente nos espíritos essa tendência para livros, e essa predilecção pelo tracto útil e aprazível das letras, e pelo ainda mais útil das sciencias. Mas, para isso, é também preciso infundir, provocar, se posso dizer assim, o gosto e o habito da leitura. A Bibliotheca resente-se muito da falta de obras apropriadas a este mister; e a isto se pode com alguma razão attribuir o ser frequentada por tão limitado numero de pessoas (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1864).

No relato apresentado, pode-se perceber a preocupação, por parte da administração da instituição, em relação à baixa frequência nas dependências da biblioteca, relacionada à falta de materiais que pudessem atrair mais pessoas para as suas instalações. Assim como Azevedo (2013) destaca, eram “ideias expressamente iluministas, que viam a promoção da instrução e acesso ao livro como um meio de progresso”. Em outros relatos surge a necessidade de troca de estantes, aquisição de lamparinas a gás, para que a biblioteca pudesse funcionar no período noturno.

No texto da lei que promulga a criação da BPSC, artigo 5º, nota-se a primeira tentativa de determinar os procedimentos para registro das obras, como segue abaixo:

Os volumes de que se compuser a Bibliotheca, serão inventariados, lançado inventário em livro próprio, aberto, numerado e rubricado em todas as folhas e cerrado por aquelle dos Empregados da Administração da Fazenda Provincial que o Presidente da Provincia designar, lançado o inventário pelo Bibliothecário e por elle assignado com o Empregado da Administração da Fazenda, que para esse fim, for designado pelo mesmo Presidente (PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA, 1854, p. 1).

Somente no ano de 1873, é que se faz uma lista das obras existentes no acervo, já que muitos novos títulos foram adicionados até o ano de 1888. A visita do presidente da Província de Santa Catarina, José Capistrano Bandeira de Mello, ao espaço da BPSC, em 1876, foi determinante para que houvesse exigência da inclusão destas obras e também a identificação das deficiências do lugar (MACHADO, 2007).

Nos documentos analisados são mencionados procedimentos para o desenvolvimento do acervo, porém sem regimento interno que determinasse como estes passos deveriam ser executados, diferentemente da Bibliotheca Pública da Bahia, que possuía um manual para estes trâmites, como já foi citado anteriormente. Observou-se durante a análise dos documentos, que a BPSC ficou quarenta anos sem uma regulamentação que, portanto, pudesse definir a forma de aquisição das obras, solucionado com a elaboração do primeiro regulamento interno em 1894. A deliberação de como seria o desenvolvimento da coleção era feito por meio de publicações oficiais, determinando o recebimento de obras por doação ou a compra delas. Aparecem em algumas publicações jornalísticas, e relatórios – citados ao longo do texto – que a biblioteca dispunha de uma verba, que variava dependendo das despesas da Província, e a biblioteca dependia quase que exclusivamente das doações que serão exemplificadas abaixo.



À título de ilustração, foram incorporados ao acervo da BPSC, no ano de 1891, por intermédio de Joaquim dos Remédios Monteiro, teses, relatórios, comédias, romances e documentos médicos, além da doação feita por Séptimo Augusto Werner, cujo conteúdo eram as obras sobre Silva Jardim, defensor do império. Também é possível ilustrar que, a BPSC teve 345 visitas, no ano de 1891 e mais a doação do livro *Uma Cidade Flutuante* de Júlio Verne, feita por Valentim de Sousa Freitas (MACHADO, 2007).

Apesar de o recorte temporal do artigo ser 1854-1889, é merecido que se apresente o regulamento, citado anteriormente, para a utilização do espaço da biblioteca. Ele foi publicado em 1894 (quarenta anos após a inauguração da BPSC) e o capítulo 1 deste regulamento é destinado ao funcionamento da instituição. Lê-se no artigo 1º: “*Bibliotheca Pública do Estado, fundada em Florianópolis, capital do Estado de S. Catharina, é o depósito de obras científicas e literárias, jornaes e produções artísticas, adquirida por compra a custa do Estado, ou por doação*”. No artigo 2º consta que “*os livros e jornaes devem ser collocados e arranjados em estantes abertas, de acordo com a classificação do catalogo geral*”. Na sequência, o artigo terceiro diz que: “*nos salões de leitura organizar-se-ha uma galeria de photographias de catarinenses illustres*”. E por fim, o artigo 4º cita que,

a bibliotheca terá uma secção destinada ao archivo de todos os documentos relativos a conhecimentos memoraes, presentes ou passados, que se refiram a factos sociaes, que a actos simplesmente administrativos, uma vez que sirvam para a historia do Estado (BIBLIOTHECA PÚBLICA..., 1894, p. 1).

Analisando ainda o regulamento da biblioteca do ano de 1894, o capítulo IV e o capítulo V versam, respectivamente, sobre o regime interno e disposições gerais. Alguns artigos chamam a atenção: a biblioteca encontrava-se aberta ao público gratuitamente, das 9h da manhã às 2h da tarde e das 6h às 9h da noite; somente poderiam entrar pessoas devidamente trajadas; era permitido tomar notas somente à lápis; aos visitantes era proibido falar alto ou passear nas salas e fumar em qualquer ponto do edifício (BIBLIOTHECA PÚBLICA..., 1894).

Cabe ressaltar, que nas pesquisas feitas nos livros de registro, dos primeiros anos de funcionamento da biblioteca, o perfil dos frequentadores pode ser definido como: homem, de família conhecida, com estudo e jovem. Não aparecem relatos de mulheres que participassem o espaço (MACHADO, 2007).

Em um catálogo sem identificação de data, apenas com selo de nº 1 – acredita-se ser o primeiro catálogo de obras produzido na BPSC – observa-se como era feita a organização do acervo, no que supõe primeiros anos após a inauguração da biblioteca. Foram encontradas tabelas manuscritas com os seguintes itens: nº de ordem (tombo), título da obra, edição (ano de publicação), volumes, nome do autor, nº da estante, prateleira (A até F) e número da obra. Pode-se afirmar que os livros eram adicionados ao acervo por ordem de chegada (BIBLIOTHECA PÚBLICA, [18--?]).

Já no catálogo datado de 1896 – data que também foge do período estipulado, mas trata-se de um documento que evidencia a organização do acervo naquela época – as obras eram separadas de acordo com o assunto tratado (literatura, medicina, etc.), e destacadas por letra do alfabeto, sempre iniciando pelo título. Para cada uma delas existia uma subdivisão por tipo de material (folheto, brochura e encadernação). O acervo da biblioteca da província era um acervo aberto, ou seja, os frequentadores



tinham acesso às estantes, e estes materiais eram distribuídos pela altura e encadernação dos volumes (BIBLIOTHECA PÚBLICA, 1896).

Quanto à localização da BPSC, José Joaquim Lopes, em sua publicação no jornal desterrense Argos, faz uma crítica ao local no qual a biblioteca foi instalada à época de sua inauguração, e o prédio seguinte também escolhido para abrigar o acervo, como se contempla logo após:

Mas, emfim, houve um erro, que continuou, e ainda permanece infelizmente – o lugar onde foi collocada em principio, e depois transferida a nossa biblioteca! –. O primeiro foi escolhido os fundos do paço da assembléa, onde só vião-na o Bibliothecario, o Porteiro, e quem ia de proposito procurar a qualquer delles para negocio particular; e ultimamente em um aposento no edificio Lyceo, bastantemente retirado do povoado, o que faz desanimar, pela caminhada de ida e volta, á quantos pretendem utilizar-se della. Talvez porisso não tenha feito ricas aquisições de obras literárias (LOPES, 1860, p. 1).

Na época, a biblioteca passava por problemas relacionados às instalações físicas, pois não possuía um local próprio que recebesse apenas o seu acervo. Passou por muitos locais desde sua fundação, como casarões insalubres, evidenciando o descaso e a possível perda de acervo. Esteve abrigada no Liceu até o fechamento da escola, em 1864. A biblioteca foi remanejada para vários locais diferentes, na cronologia, após a saída do prédio do Liceu, passou a funcionar, em 1866, no prédio da Secretaria da Fazenda, depois foi transferida, já em 1870, para a Rua do Livramento, 26 (Figura 1) (MACHADO, 2014). Com as mudanças recorrentes, a falta de ambientes apropriados e de obras atualizadas, muitos frequentadores acabaram por deixar de frequentar a instituição, e com isso os registros de visita começaram a se mostrar insatisfatórios, também do ponto de vista administrativo. No prédio da Rua do Livramento, a BPSC dividia espaço com outra repartição público, o que causou insatisfação por parte dos frequentadores e do Presidente da Província na época, André Cordeiro de Araújo Lima. Após a passagem pelo referido prédio, a BPSC, em 1874 passou a funcionar no Ateneu Provincial, conceituado educandário da Capital. (MACHADO, 2007). Permaneceu neste espaço até 1908, já no período republicano, que não será abordado neste artigo.

Figura 1 – Prédio BPSC – Rua do Livramento



Fonte: Alzemi Machado



Segundo Machado (2007), três dirigentes estiveram à frente da BPSC no período de 1854 até 1889. Foram eles: Franc da Paulicéa (1854), Joaquim José de Rosas Ribeiro de Almeida (1866) e João Nepomuceno Sabino (1889) (MACHADO, 2007). A pesquisa do autor não relata se houve mais algum dirigente durante este período. Com a Proclamação da República do Brasil, algumas características mudaram a respeito do funcionamento da biblioteca, porém não cabe mencioná-las neste trabalho. Elas serão abordadas em outra oportunidade.

Após os documentos analisados e apresentados os fatos relacionados a criação e a estruturação da BPSC, é mister retomar a ideia de uma biblioteca como um lugar de memória. A respeito disso, Fabrício José Nascimento da Silveira (2010), traz algumas reflexões em seu artigo *Biblioteca, Memória e Identidade Social*, no qual diz que a função de enfrentar o tempo, a morte e o esquecimento, é dos lugares de memória, assim como ajudar com uma sociedade que necessite de padrões e práticas passadas, para a formação de sua identidade. A BPSC teve e ainda tem este papel na sociedade catarinense, pois trata-se de um lugar de memória, em que a história do Estado de Santa Catarina e da Cidade de Florianópolis, se entrelaçam com sua própria memória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações a respeito do que foi pesquisado, pode-se destacar que o objetivo da pesquisa, que era investigar a história e a organização da BPSC no Período Imperial (1854-1889), foi alcançado, já que se pode compreender como ela foi pensada e quais as motivações para sua criação, tão logo de que maneira seu acervo foi constituído e em quais condições ele estava abrigado.

Os documentos analisados, a respeito de regras de gerenciamento administrativo da biblioteca e formação de acervo, e os relatórios provinciais apontam a importância que a Biblioteca Pública passou a ter, na sociedade catarinense, após sua inauguração. A luta e os pedidos constantes por melhoria no ambiente no qual ela estava inserida, no espaço, e nas condições de atendimento ao público, além da incessante solicitação para verbas destinadas à compra de obras.

Com o passar dos anos, os responsáveis pela biblioteca observaram o crescimento do acervo, e com ele a necessidade de fazer uso de sistemas de classificação que facilitassem a rotina dos leitores, dentro da instituição. A biblioteca ampliou-se em caráter físico, e também aos serviços prestados à comunidade, criando uma valorização da instituição. Além disso, cabe lembrar, a característica e a importância de o acervo ser aberto, uma situação diferente para a época em outras bibliotecas. Este traço acabou por gerar um vínculo afetivo entre os frequentadores e a BPSC.

Apesar dos poucos registros que ainda existem sobre a BPSC, que fazem menção à sua história e desenvolvimento, é perceptível a evolução deste aparelho cultural, de acordo com as demandas da sociedade catarinense. Dentre os anos pesquisados (1854-1889), muitas lacunas deixam a história da biblioteca fragmentada, mas mesmo assim, pode-se delinear a essência da Biblioteca Pública de Santa Catarina, que foi e continua sendo: dar acesso à informação a qualquer cidadão.

Os registros sobre a história da BPSC não se encerram por aqui. Após o Período Imperial, a BPSC segue seus passos, ampliando seu acervo e crescendo em importância aos novos interessados que começam a surgir na sociedade catarinense e que posteriormente também farão parte da dissertação de mestrado que está sendo construída. O assunto não se esgota neste artigo, já que a pesquisa está em



andamento. Atualmente a instituição possui rico acervo que pode vir a ser estudado, também por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p.2-25, abr./jun. 2012. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n2/a02v17n2.pdf> Acesso em: 21 abr. 2017.
- BIBLIOTHECA PUBLICA DO ESTADO DE SANTA CATHARINA. **Regulamento**. Florianópolis: Typ. da Republica, 1894.
- BIBLIOTHECA PUBLICA. **Catálogo nº 1**. Desterro, Província de Santa Catarina, [18--?]. [Manuscrito].
- BIBLIOTHECA PUBLICA. **Catálogo**. Florianópolis, Estado de Santa Catharina, 1896. [Manuscrito].
- BOLETIM REGISTRO EM LETRAS E FOTOS**. Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, n. 1, jan./maio 1970.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.
- CORREIO CATARINENSE**. Desterro, 20 set. 1854.
- FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico> . Acesso em: 6 fev. 2017.
- HOLLER, Marcos; Pires, Débora C. **Os jornais como fonte para a história da música em Desterro no século XIX**, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/bcZan0> Acesso em: 25 abr. 2017
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2013. 504 p.
- LOPES, José Joaquim. Bibliotheca da Província. **Argos da Província de Santa Catarina**. Desterro, 14 jan. 1860.
- MACHADO, Alzemi. Biblioteca Pública de Santa Catarina: breve relato sobre a sua história. In: **CATÁLOGO** de jornais catarinenses: 1831-2013. Florianópolis: FCC, 2014.
- MACHADO, César do Canto. **Biblioteca Pública de Santa Catarina: 153 anos de história**. Florianópolis: Insular, 2007. 141 p.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300002&script=sci_arttext . Acesso em: 30 abr. 2017



NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo, 1993.

NORTON, Cristina. **O guardião de livros**: a recambolésca história da chegada da família real e de sua biblioteca ao Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

O CONSERVADOR. Desterro, 20 fev. 1855.

O MENSAGEIRO. Desterro, 17 nov. 1855.

PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA (Estado). Legislação (1854). Lei nº 373, de 31 de maio de 1854. **Leis Provinciales**: Biblioteca Pública do Estado. Desterro, SC.

RELATÓRIO PROVINCIAL. Desterro, Província de Santa Catarina, 1859.

RELATÓRIO PROVINCIAL. Desterro, Província de Santa Catarina, 1860.

RELATÓRIO PROVINCIAL. Desterro, Província de Santa Catarina, 1864.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, set./dez 2010. p.67-86. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/05.pdf> Acesso em: 30 abr. 2017



PUBLIC LIBRARY OF SANTA CATARINA: HISTORY AND ORGANIZATION (1854-1947)

Abstract: This article is an integral part of an ongoing professional master's research in the area of Information Management and aims to present a history of the Public Library of Santa Catarina (BPSC), from its foundation in 1854 until a Proclamation of the Republic of Brazil, in 1889. The creation and expansion of this institution is part of a historical cultural context of installation and expansion of Brazilian public libraries. This work describes the composition of the initial collection of the Public Library of Santa Catarina, in the years of operation in the mentioned period. It is a documentary research of historical-library-library, analyzed in the methodological perspective of the qualitative research.

Keywords: Public Library of Santa Catarina; History of Libraries; Formation and development of collections; History; Librarianship.

HELEN MORO DE LUCA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bibliotecária da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC). E-mail: helen.mdeluca@gmail.com

TÂNIA REGINA DA ROCHA UNGLAUB

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (1983). É Professora na Universidade do Estado de Santa Catarina, e atua no Departamento de Pedagogia a Distância do Centro como professora e coordenadora de Estágio de Centro do CEAD/UDESC. É coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pedagogia a Distância É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da UDESC. Atua no Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, da FAED/UDESC, na linha de Informação, Sociedade e Memória. E-mail: tania.unглаub@udesc.br

FERNANDA DE SALES

Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UDESC). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora assistente da Universidade do Estado de Santa Catarina, lotada no Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação - DBI. Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação (PPGInfo/UDESC) Membro do GPINFO - Grupo de Pesquisa em Informação (Cultura Impressa e Digital). Linha de Pesquisa Informação, Sociedade e Memória. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia. E-mail: fernanda_faed@yahoo.com.br

